# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

# O PROCESSO GRUPAL COMO ESPAÇO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO NO IPESC

Aprovado Pelo DSS Em. 13 / 12 / 45

KRYSTYNA MATYS COSTY KRYSTYNA MATYS COSTY COSE-UFSC Social COSE-UFSC Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social pela Acadêmica:

Nilsa Mary da Cunha

Florianópolis, novembro de 1995.

..."Não existe hora marcada para encontrarmos o amor ou a alegria; estes não vêm até nós quando os chamamos, mas rondam as esquinas das ruas da vida e, de repente, nos cumprimentam com um sorriso".

Gerald Massey

Dedico este trabalho ao meu pai Nilton e à minha mãe Dalcema, pelo exemplo de vida.

### **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, pela força e coragem.

Aos meus irmãos, pelo incentivo.

Ao José Adriano, Raquel, Jefferson e Vilmar pela compreensão e apoio.

À amiga Cláudia pelo incentivo, apoio e compreensão.

À Fátima pelo apoio, incentivo e amizade.

À Marlene pelo incentivo e amizade.

Às amigas: Marilúcia, Tânia, Maria Eduarda, Geórgia, Susana, Sidineia por dividir emoções.

À Luiza e Teresa pela supervisão durante o estágio.

Aos participantes dos Grupo Harmonia, Integração e Amizade pela acolhida durante o estágio.

Às pessoas entrevistadas pela disponibilidade.

Ao IPESC pela oportunidade de estágio.

Aos colegas da Gerência de Desenvolvimento Social.

A Todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
~	
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VELHICE.	03
1.1. A QUESTÃO SOCIAL DO IDOSO NO BRASIL	03
.1.2. POLÍTICAS VOLTADAS PARA A TERCEIRA IDADE	24
CAPÍTULO II - O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	40
2.1. IPESC	40
2.2. O SERVIÇO SOCIAL NO IPESC	46
2.3. O PROCESSO GRUPAL NA ASSISTÊNCIA AO IDOSO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	89

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de nossa pesquisa enquanto estagiária no IPESC.

A falta de um histórico sobre o Programa, foi motivo de profunda inquietação quando da realização de nossa prática profissional. Acreditamos que é de fundamental importância se conhecer o histórico da Instituição, relacionando-o com o processo de Criação do Programa de Assistência ao Idoso.

A comparação entre o início do Programa e sua forma atual proporcionou-nos a compreensão da formação do processo grupal na instituição através de entrevistas com integrantes de dois (02) grupos e profissionais da área.

O conhecimento do passado é essencial para o entendimento do presente, da dinâmica atual dos grupos enquanto espaço de conscientização e participação das pessoas.

Para um melhor entendimento, nosso trabalho foi dividido em dois capítulos:

No primeiro capítulo faremos Considerações Gerais Sobre a Velhice, que será dividido nos seguintes sub-itens:

- A Questão Social do Idoso no Brasil;
- Políticas Voltadas Para a Terceira Idade;

No segundo capítulo abordaremos O Programa de Assistência ao Idoso, que constará de 3 sub-itens:

- IPESC
- O Serviço Social no IPESC
- O Processo Grupal na Assistência ao Idoso.

Finalizaremos nosso trabalho com as considerações finais, bibliografia e os anexos.

# CAPÍTULO I

# CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VELHICE

# 1.1. A QUESTÃO SOCIAL DO IDOSO NO BRASIL

O conceito de idoso envolve várias dimensões: biológica, cronológica, social, demográfica, econômica, cultural, psicológica, ideológica e política.

A idade biológica nem sempre coincide com a idade cronológica, tampouco com as demais construções sociais sobre a velhice, uma vez que a medida cronológica é também socialmente construída. Todas são o produto dinâmico permanente transformado e transformador da idade.

Em momentos históricos distintos, numa sociedade e na mesma sociedade, a velhice e o envelhecimento ganham especificidades, papéis e significados diferenciados em função de o meio ser rural ou urbano, da classe social, da cultura, da ideologia dominante, do grupo profissional e de parentesco, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte.

Na perspectiva histórica, a velhice pode ser compreendida como uma invenção social. A questão social da velhice é produzida pela expansão das classes trabalhadoras assalariadas e desprovidas. Assim, o idoso, que antes se restringia ao meio familiar e ao âmbito da assistência religiosa, passa a ser uma questão pública, impondo uma ação institucionalizada por parte do Estado e da Sociedade Civil.)

A velhice, como construção social, "invenção" de processos sociais e psicossociais, é resultado da dinâmica demográfica, do modo de produção econômica, da estrutura e organização de grupos e classes sociais, dos valores e padrões culturais vigentes das ideologias correntes e dominante e das relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

Devemos, portanto, considerar a idade social dos indivíduos independente da sua idade cronológica e mesmo da biológica. E ao diferenciarmos essas idades, poderemos compreender o que significa ser idoso.

Marcelo Salgado classifica o envelhecimento em quatro dimensões:

humanos através de suas transformações orgânicas, determinadas por fatores genéticos e ambientais.

- De Envelhecimento Psicológico, que é determinado pela diminuição da capacidade pessoal e função mental. A existência humana constitui-se de uma série de etapas e acontecimentos que estão interrelacionados.
- (3) Envelhecimento Social, que resulta das mudanças que se processam no decurso da vida do indivíduo, através de suas relações com o meio.
- Envelhecimento Existencial, que é determinado pela relação da pessoa com seu próprio "eu". Está intimamente relacionado ao envelhecimento biológico, psicológico e social. O envelhecimento existencial pode ser traduzido pela ausência de projetos de vida.

Biologicamente, a tendência é que haja a melhoria e o prolongamento do percurso de vida, tendo em vista que as condições farmacêuticas, médicas e sanitárias generaliza-se mais rapidamente do que as condições econômicas, sociais e culturais, imprescindíveis para garantir uma boa qualidade de vida.

Cria-se o idoso rico, com qualidade de vida idêntica ou semelhante a dos países desenvolvidos, e o idoso pobre e hipodotado, que sobrevive graças aos avanços e à difusão dos benefícios da medicina e da

saúde, porém sem condições materiais e sociais para assegurar-lhe qualidade de vida.

Cronologicamente, o alongamento da vida se expande nas camadas mais elevadas e nas regiões mais desenvolvidas do país, coexistindo com a massa de indivíduos de curta existência das regiões e camadas mais pobres.

Socialmente, está se construindo um modelo social dominante de rejuvenescimento dos homens, bem como das mulheres que contam com cinquenta anos, ou mais, nas elites urbanas. Porém, a sociedade está caminhando para um modelo de morte social, através do isolamento, nas camadas médias, assim como inventando um modelo de marginalidade, socialmente antecipada, para a maioria dos trabalhadores assalariados de baixa renda, que estão desprovidos de patrimônio e renda.

À medida que as sociedades vão se desenvolvendo, consequentemente, cresce a idade de suas populações, sendo a longevidade uma conquista do desenvolvimento.

Dentro dos agrupamentos sociais, o estado de velhice foi apreendido como elemento de valorização, graduado de acordo com a posição social.

, As sociedades contemporâneas, especial em urbanas as industriais, designam o valor do ser humano na proporção direta do que sejam eles capazes de produzir. A inadaptação do idoso ao meio social, reflete uma inadequação aos padrões sociais ideais estabelecidos pela sociedade e exigidos pelos grupos sociais e pelos indivíduos, como condições capazes de conferir, a cada pessoa, a personalidade social, ou seja, a posição de cidadão e o respeito no seio dos demais. A inadaptação mais evidenciada, nos centros industriais urbanos é aquela causada pela perda do papel profissional, devido à importância dada às pessoas consideradas produtivas. Mas há que se considerar as oportunidades que o idoso oferece a relacionamentos interpessoais, com relação à troca de experiências humanas, à identificação com uma causa qualquer, ou com a participação numa mesma situação.

O papel do idoso dentro da família, também fica debilitado no tempo da velhice.

As funções dos chefes de família, ou seja, a manutenção e controle da casa e a educação dos filhos, até determinada idade, são sendo praticamente mesmas, uma preocupação centrada as responsabilidade e nos cuidados com os demais membros da família, e desfocada de si mesmos. Depois, quando os filhos começam a se liberar, familiar, consequentemente, reduz-se grupo diminuem 0

responsabilidades dos pais. Por vezes, após a saída dos filhos de casa, casais se redescobrem em suas personalidades.

As perdas de papéis conduzem as pessoas idosas à inadaptações sociais, sendo o isolamento a forma encontrada pelo idoso desadaptado, para não se aferir no meio ambiente que considera hostil.

Algumas observações sobre cada fator do envelhecimento social:

# 1. Progressiva diminuição dos contatos sociais:

O primeiro indicador será a visível diminuição dos contatos sociais. Vai haver uma diminuição dos familiares, das visitas, dos amigos, das chamadas telefônicas, cartas, entre outros.

### ¥ 2. Distanciamento Social:

Vai haver um distanciamento de gerações. Os mais jovens começam a se envolver em programas que antes eram privilégios dos mais velhos dos seus antepassados.

Com o passar do tempo, os contatos pessoais se transformam em obrigações, tais como: festas de fim de ano, comemorações, doenças, aniversários, etc.

A mobilidade social, desejável em suas formas ascendentes, pode fazer, e, muitas vezes o faz, o envelhecimento social. Tudo se modifica: os interesses, os hábitos, o estilo de vida, as novas relações, o modo de pensar e agir. Sendo que, em relação a isto, o Envelhecimento Social pode ocorrer em três níveis: entre os que ascenderam na escala social, entre os que baixaram, e, até mesmo, entre os que se mantiveram na posição inicial.

# ¥ 3. Progressiva perda do poder de decisão:

É a perda de autonomia. As decisões são feitas pelos mais jovens, onde estes decidem o futuro dos idosos, com o intuito de proporcionar-lhes mais "conforto".

Isto acontece pelo fato de que o idoso perde o seu poder econômico, consequentemente, perde a sua autonomia. Outro fator de sua dependência é a fragilidade. O velho passa a depender dos jovens como ponto de apoio para o exercício das tarefas aparentemente simples.

Ocorre com tudo isto, a inversão dos papéis: as partes anteriormente frágeis começam a assumir as posições antes ocupadas pelos mais velhos e terminaram por desempenhar funções às quais inicialmente não tinham acesso.

# \* 4. Progressivo esvaziamento dos papéis sociais:

É quando os papéis começam a diminuir ou a perder importância e o status alcançado é diretamente atingido. Os mais velhos começam então, a viver no passado, uma maneira que estes encontram para amenizar a realidade do presente.

### \* 5. Gradativa perda de autonomia e independência:

O envelhecimento social é uma decorrência do próprio envelhecimento físico que resulta na perda de autonomia e independência.

As demais pessoas começam a ditar-lhes ordens e fazer-lhes exigências, tornando assim os idosos "seres humanos" dependentes.

# \* 6. Alterações nos processos de comunicação:

Os mais jovens querem esconder dos mais velhos, acontecimentos que podem gerar preocupações. Porém, esta "preservação" ao idoso pode acelerar o envelhecimento social e dará lugar às mais variadas formas de ressentimento entre os que se tornam objeto de tais "atenções".

# ¥ 7. Crescente importância do passado:

O passado adquire maior importância, do que o presente e a imagem da morte ganha imaginação. Os contatos com a juventude fazem com que os idosos relembrem, com saudade as experiências que vivenciaram.

Entre os fatores do envelhecimento social, é importante destacar: o meio ambiente e as degenerescências físicas.

# × • Meio ambiente

- Composição demográfica do meio ambiente:
- A composição demográfica é relativa nos mais variados ambientes. Esta pode ser representada por uma pirâmide, onde, por exemplo, em certas localidades, na base desta pirâmide encontram-se os jovens e no ápice ficam os velhos, em menos quantidade.
- Outro aspecto demográfico está ligado às classes sociais. A expectativa de vida é mais alta entre os integrantes dos extratos sociais mais elevados. Consequentemente, os de classe mais baixa, têm o envelhecimento social maior.

# - Expectativas da sociedade:

A sociedade "impõe" certos limites para as pessoas mais velhas. Estes são demonstrados das mais diversas formas, entre eles, os ditos populares, os quais inibem os mais velhos, deixando, assim, de participar de acontecimentos da vida social.

# x- Equipamentos Sociais:

São os recursos colocados à disposição dos habitantes de determinadas comunidades. Recursos de saúde, lazer, transporte, habitação, educação, segurança e outros.

A aceleração do processo de envelhecimento social decorre, em grande parte, pela insuficiência desses recursos.

# x - Condições de moradia

É necessário considerar as condições ambientais da moradia, pois as possibilidades de envelhecimento social são maiores para os que, por qualquer motivo, sentem-se forçados a viver num ambiente social humano indesejado.

# <u>▶ Degenerescências Físicas</u>

É importante analisar, nos aspectos sociais da velhice, os mecanismos e processos que favorecem ou retardam o envelhecimento e o modo pelo qual esses elementos afetam o comportamento individual e contribuem para o envelhecimento social.

# - Progressivo Enfeamento

O enfeamento é o resultado direto das degenerescências físicas que decorrem de transformações, deformações e perdas:

- \* alterações no tecido muscular, no aparecimento de rugas e na flacidez dos músculos;
- \* alterações no tecido ósseo. Elas se apresentam sob a forma de arqueamento das pernas e diferentes escolioses;
  - \* queda de cabelo;
  - \* embranquecimento dos cabelos;
- \* transformação física com perda de altura, crescimento do abdômen, aumento das extremidades (queixo, nariz, orelha).

### - Perdas Sensoriais

As perdas sensoriais mais comuns são:

- \* diminuição (mais frequente) ou total perda da visão;
- \* diminuição (mais frequente) ou total perda da audição. Estas resultam um isolamento social maior do que o provocado pela cegueira. E isto se deve ao fato de o surdo ter as possibilidades de comunicação interpessoal muito atingidas;
- \* diminuição ou perda do tato, o que dificulta e acaba impossibilitando a execução de determinadas tarefas, sobretudo as manuais.

# 🗼 - Declínio da memória

Pode ser considerado, em alguns casos, como o mais grave fator do envelhecimento social.

As pessoas que perdem a memória, parecem lembrar-se apenas dos fatos passados e de acontecimentos imediatos. Disto resulta a constante repetição de casos e o consequente afastamento dos que se cansam de sempre ouvir as mesmas coisas.

No transcorrer da história, o homem vem aumentando sua expectativa média de vida. As sociedades precisam reformular suas idéias sobre a velhice, eliminando as posturas preconceituosas. É necessário que se estendam ou se criem novas oportunidades para os que envelhecem, a

fim de mantê-los ativos e participantes, segundo suas condições psicofísicas, garantindo o bom nível de integração ao meio para aqueles que envelhecem.

A velhice é um fenômeno de múltiplas dimensões e de acentuada complexidade sendo constituído por fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Portanto, o envelhecimento é um processo evolutivo que depende de fatores hereditários, do meio ambiente e da idade.

No estado de velhice, ocorrem modificações de natureza biopsico-social, que afetam a relação do indivíduo com o meio.

O envelhecimento no homem é acompanhado por uma fragilidade progressiva, que resulta da interferência entre os fenômenos biológicos característicos da pessoa e da pressão do meio ambiente.

"A velhice não é conclusão necessária da existência, diferente da juventude e da maturidade, mas dotada de um equilíbrio próprio, e deixando aberta ao indivíduo ampla gama de possibilidades" (BEAVOUIR, 1970: 82).

Muitas pessoas olham para a velhice com certa tristeza, como se ela significasse o fim. É necessário dar ao idoso outra visão da vida, proporcionando-lhe um ambiente de ajuda e participação na sociedade O

idoso continua sendo uma pessoa com anseios e necessidades, como todo ser humano.

O envelhecer não deve ser considerado como uma experiência triste ou solitária. A pessoa precisa se conscientizar de que, na vida ocorre uma série de mudanças, às quais exigem adaptações, e a terceira idade é uma fase da vida, portanto, há de ser considerada.

"Envelhecer é uma propriedade particular, convivência e expectativas específicas que não reduzem a responsabilidade de vida e participação ativa no processo social, pois, mesmo velho, o indivíduo continua membro da sociedade" (SALGADO, 1988: 04).

O idoso tem a experiência acumulada de uma vida, de construção familiar, profissional, social, civil, educacional e cultural; tem a experiência da infância, da adolescência e da maturidade. Desta maneira, ele tem condições de desenvolver suas potencialidades, para resgatar suas vocações não realizadas, para trabalhar e para criar.

O conceito errôneo de que a velhice gera uma incapacidade física e mental, por si só, marginaliza os idosos, fazendo com que, muitas vezes, voluntariamente se condicionem a situações passivas, receosos de se tornarem indesejáveis até no meio familiar.

O idoso é considerado, nas sociedades em geral, sem criatividade e incapaz para o trabalho inteligente, que se julga ser propriedade dos jovens.

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, característico tanto dos países desenvolvidos, como, de modo crescente, do terceiro mundo. Sendo um fato bastante reconhecido no mundo desenvolvido, é, contudo recente nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

As profundas modificações de cunho tecnológico, científico, econômico e social em todo o mundo, tem trazido profundas alterações no padrão de vida das pessoas. Por um lado, através de consideráveis avanços no que diz respeito à melhoria das condições de vida e bem estar da população, ocorreu um aumento no percentual de pessoas que atingem a idade avançada, devido ao controle da natalidade, através da adoção de métodos contraceptivos, também caíram os coeficientes de mortalidade e fecundidade infantil, ao passo que se ampliou o planejamento familiar. Por outro lado, apesar de ter aumentado a longevidade das pessoas, nem sempre as sociedades se preparam para oferecer uma estrutura condizente para os que conseguem chegar na Terceira Idade.

"Aos velhos foi reservado um lugar num mundo à parte, sem sentido e exterior à sociedade. O bem-estar social é impessoal e apenas acentua essa dependência impotente" (FULDER, 1983: 13).

Os idosos são excluídos de tudo aquilo que diz respeito a todos. A sociedade faz com que eles fiquem num estado de alienação. A idade vem se constituindo, cada vez mais, num fator crescente de discriminação social.

Um homem, ao atingir a Terceira Idade, passa por um processo de transformação em relação à sua imagem no meio em que vive. Perde sua identidade. Um idoso perante a sociedade e o grupo jovem não tem mais nome, nem profissão, muito menos status. Torna-se simplesmente "um velho", uma pessoa em busca de um novo papel social, que sempre se lhe afigurará indefinido, a menos que seja político ou famoso.

Na realidade, o brasileiro não tem sabido envelhecer, influenciado pela própria propaganda, que cultua as qualidades e a força dos jovens. Há uma ânsia das pessoas de manter-se na faixa etária dos jovens, não aceitando seu próprio envelhecimento.

\*O Brasil, aos poucos, deixa de ser um país de jovens. A população idosa está aumentando consideravelmente, tornando-se um fenômeno preocupante.

Em 1° de setembro de 1991, data do último Recenseamento Demográfico, a população brasileira era de 146.917.459 habitantes, o que representa um incremento de 23,5% em comparação à população recenseada em 1980 (IBGE, 1993).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o registro histórico do crescimento da população de 60 anos e mais, nos últimos 31 anos, revela que a população de idosos aumentou 3,5 vezes seu contingente, expandindo-se de 86.755 para 306.806 pessoas com um crescimento relativo de 253,65%. O crescimento da população de 65 anos e mais, no período de 1960 a 1991, foi de 289,39%.

Em 1960, existiam 5 idosos para cada 100 crianças. Em 1991, para cada 13 pessoas com idades de 65 anos e mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento, o qual elevou-se 158,24% no período 1960-1991.

TABELA I: ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL
RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (%) 1960/1991

Anos	Índice de Envelhecimento da População Residente (%)					
Censitários	Total	Urbana	Rural			
1960	6,4	8,3	5,1			
1970	7,5	9,0	5,9			
1980	10,5	11,6	8,6			
1991	13,9	14,8	11,6			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico.

No meio rural, predominam as pessoas precocemente envelhecidas, devido às precárias condições de vida e de trabalho.

Os idosos da classe rural e trabalhadora, na sua maioria, vivem da mendicância, da assistência religiosa e familiar, e, às vezes, sob a proteção dos poucos e humildes asilos.

No meio urbano, há uma grande diferença nas condições de vida dos idosos das classes baixa, média e alta. Na classe mais baixa, a maioria dos idosos vivem em favelas e precisam, mesmo com idade mais avançada arranjar empregos informais e biscates para sobreviver.

Na classe média, quando o idoso perde a função produtiva, as estruturas de sociabilidade enfraquecem e ele, por sua vez, perde os papéis ligados à vida familiar.

Na classe alta, somente os idosos com grande poder aquisitivo, bem como intelectuais, artistas e políticos, que dispõem de recursos para melhor envelhecer, são respeitados. Uma grande parcela desses idosos vai parar nas chamadas "casas de repouso" que, na realidade, funcionam como asilos para pessoas ricas.\

Estatisticamente, o perfil de distribuição da população, por situação de domicílio, confirmou a tendência de acelerada urbanização.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através de estatísticas censitárias, projeta para o ano 2000 a população brasileira em 165.715,4 habitantes, e para o ano 2020 uma população de 200.306,3 habitantes.

No Brasil, os idosos representam um contingente fundamentalmente feminino, principalmente com relação às idades mais

avançadas, constituído em sua maioria por mulheres que já não contam mais com seus companheiros, Podemos constatar esse fato através dos dados estatísticos (1940/1991) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Anuário, 1994: 2-49):

**TABELA II: HOMENS** 

Grupos de	Distribuição da População (%)					
Idade	1940	1950	1960	1970	1980	1991
60 a 64 anos	1,6	1,8	2,1	2,0	2,0	2,4
65 a 69 anos	0,9	1,0	1,1	1,3	1,7	1,8
70 a 74 anos	0,6	0,6	0,8	0,8	1,1	1,2
75 a 79 anos	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,8
80 anos ou mais	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1994.

TABELA III: MULHERES

Grupos de	Distribuição da População (%)					
Idade	1940	1950	1960	1970	1980	1991
60 a 64 anos	1,7	1,8	1,9	1,9	2,1	2,6
65 a 69 anos	1,0	1,0	1,1	1,3	1,7	2,0
70 a 74 anos	0,8	0,7	0,8	0,9	1,2	1,4
75 a 79 anos	0,4	0,4	0,4	0,5	0,8	1,0
80 anos ou mais	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1994.

A verificação dos dados acima expostos, relativos a alguns anos, com seus respectivos índices, evidencia o aumento da expectativa média de vida da população idosa no Brasil.

É fácil perceber que, para grande parte da população brasileira, a vida representa uma acumulação sucessiva de deficiências. O tempo da velhice, com suas dificuldades particulares, acentua as próprias condições de vida, agravadas pela inexistência de políticas sociais que objetivem resguardar ou amparar as populações idosas.

x No Brasil ainda predomina a concepção de que a família é o grupo ideal de atenção, não se percebendo que o grupo família tem sofrido

modificações profundas, sobretudo nos centros urbanos. Isso determina a necessidade de um apoio de instituições sociais, que propicie o desenvolvimento sócio-psico-emocional dos idosos, buscando preservar a sua autonomia e favorecendo uma relação com outros grupos etários, bem com o próprio grupo familiar e com a sociedade como um todo.

# 1.2. POLÍTICAS VOLTADAS PARA A TERCEIRA IDADE

No Brasil, a política social surge e se desenvolve como parte de uma estratégia de intervenção e controle do Estado sobre as classes trabalhadoras no enfrentamento dos problemas sociais. O Estado se apresenta como meio de satisfazer as necessidades sociais, através de medidas que compensem as fraquezas dos indivíduos, pela introdução dos direitos sociais.

Entender a política social, no Brasil, implica o conhecimento dos planos de governo para esse fim.

As políticas sociais têm dois determinantes: o econômico e o político (a correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil).

O Estado promove as políticas sociais, investindo o mínimo necessário para "reproduzir a força de trabalho". E também fomenta políticas sociais que compreendem a população que está excluída do processo produtivo, como as crianças e os velhos, através de instituições que se organizam para prestar atendimento a essa população.

A questão social da velhice vai se produzindo pela expansão das classes trabalhadoras e assalariadas, transformando o idoso, antes circunscrito ao meio familiar, em objeto da ação institucionalizada do Estado e da Sociedade Civil. Por este motivo, os processos sociais da velhice emergem na dinâmica demográfica e sedimentam-se como objeto das políticas sociais.

No Brasil, a questão social da velhice começou a despertar interrogações e ações a partir dos anos 60. Alguns acontecimentos nos demonstram essas preocupações:

- 1961: Criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) por 40 (quarenta) médicos, sob a liderança do Dr. Roberto Segadas Vianna;

1963: Criação dos primeiros grupos de aposentados, pelo Serviço Social do Comércio (SESC), no Estado de São Paulo;

- 1963: I Seminário sobre a População Idosa, organizado pela Secretaria de Bem-Estar da Prefeitura - SEBES e Serviço Social do Comércio - SESC de São Paulo.

X A questão social da Velhice no Brasil, durante muitos anos, teve encaminhamento semelhante ao das demais questões sociais, ou seja, as ações propostas tinham uma natureza assistencialista, tendo como objetivo suprir algumas carências básicas dessa população. A filosofia da política para esse setor confundia-se com filantropia e, na sua maior parte, efetivava-se através de instituições asilares, cuja preocupação era a manutenção biológica da pessoa idosa.

Para aqueles que possuíam melhores recursos materiais, a atenção era prestada exclusivamente pelo grupo familiar, estando as comunidades, através de seus sistemas político-sociais, totalmente desvinculadas de qualquer ação de apoio ao idoso.

No ano de 1973, o Ministério de Previdência Social, através de um estudo exploratório, identificou 279 obras de amparo à velhice em todo o território nacional. A quase totalidade dessas instituições eram asilos e contavam com contribuições não sistemáticas de órgãos governamentais das esferas federal, municipal ou estadual.

Nesse período, era comum o discurso de que o número de idosos na população nacional era reduzido, em virtude da pequena expectativa de vida no país, não justificando, por conseguinte, uma política efetiva para o setor.

O governo federal começa a preocupar-se com os problemas das pessoas idosas, a partir de 1974. Neste ano aparece uma legislação especial (criação da renda mensal vitalícia para as pessoas de mais de 70 anos). Antes disto, a preocupação com a pessoa idosa restringia-se a entidades como o SESC e o SESI (ANG, 1989: 7).

No ano de 1976, foram realizados três Seminários e um Seminário Nacional, por inspiração e coordenação do Gerontólogo Marcelo Antonio Salgado e com o apoio do Ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, procurando estabelecer um diagnóstico para a questão da velhice no Brasil e apresentar as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso. Assim, o ano de 1976 foi o marco de uma nova era nas atenções públicas com relação à velhice.

Em 1977, oficializando uma proposta de ações, o Ministério da Previdência e Assistência Social expediu o documento "Políticas para a Terceira Idade - Diretrizes Básicas". Foram mobilizados recursos da

comunidade, inclusive técnicos, e esquematizados estudos visando atingir os beneficiários idosos em suas necessidades básicas, relacionadas com os vários níveis de vida: biológico, profissional, familiar e habitacional, comunitário e associativo.

Este documento apresentou as seguintes propostas:

- a) Implantação do sistema de mobilização comunitária:
- b) Atendimento institucionalizado;
- c) Atendimento médico-social;
- d) Preparação para a aposentadoria;
- e) Treinamento de recursos humanos;
- f) Dados e informações sobre a situação do idoso.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) implantado no governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985), considerou preferenciais, dentro da área de desenvolvimento comunitário, as ações de atenção à saúde e assistência social de vários setores, como: atendimento à gestante, ao menor, ao excepcional—e ao idoso. Foi a partir do governo Figueiredo que se deu maior atenção ao problema da velhice na realidade brasileira.

Embora a questão da terceira idade tenha ganho, a partir de 1976, uma discussão mais ampla em todo país, com inúmeros movimentos voltados à gerontologia, em termos de uma política estruturada e com repercussão positiva na qualidade de vida dos idosos, pouca coisa aconteceu.

No Brasil, de um lado, o capitalismo incorpora tecnologia de ponta, competindo no "ranking" mundial e, de outro, produz e reproduz profundas desigualdades sociais, com extrema concentração de renda. Os grandes desníveis sociais a que está sujeita a população brasileira, notadamente as deficiências de saúde e higiene, nutrição, educação e formação para o trabalho, associados à questão sempre crescente dos baixos salários profissionais, produzem o fenômeno do envelhecimento precoce, dessa forma a velhice passa a ser sinônimo de pobreza material e depauperação física e mental e o assistencialismo continua presente como condição necessária ao atendimento de uma numerosa parcela da população idosa.

Cabe salientar que algumas entidades, como: Legião Brasileira de Assistência (LBA); Serviço Social do Comércio (SESC); Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e Associação Nacional de Gerontologia (ANG), ao longo desses últimos anos, vêm desenvolvendo um conjunto de ações, objetivado o encaminhamento de soluções à questão da velhice (ANG, 1989: 12).

É importante destacar a ação do Departamento Regional do SESC do Estado de São Paulo, precursor das ações de atenção ao idoso no Brasil e que, ao longo dos últimos aos, vem prestando incontestável contribuição à causa da velhice, não somente na implementação de novos modelos de atendimento à população idosa, como também no aperfeiçoamento de profissionais na área de gerontologia social, e à sensibilização dos diferentes setores da comunidade nacional para a questão social do envelhecimento.

XUma mobilização nacional de idosos iniciada por ocasião do II e III Encontros Nacionais de Idosos promovidos pelo SESC - São Paulo nos anos de 1984 e 1987, respectivamente, repercutiram na elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, que fixou alguns direitos para a população idosa.

De acordo com o Artigo 14, parágrafo 1°, inciso II, letra b, o voto é facultativo para os maiores de setenta anos.

O Artigo 153, parágrafo 2°, inciso II, dispõe sobre o aposentado e o imposto de renda:

"não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja

constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho".

O Artigo 203, inciso I, preceitua:

"A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice".

O Artigo 229 dispõe sobre a obrigatoriedade mútua de ajuda entre pais e filhos:

"Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade".

O Artigo 230 prevê deveres da família, da sociedade e do Estado em relação à pessoa idosa:

"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

- § 1° Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.
- § 2° Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos".

Em 07 de dezembro de 1993, foi sancionada a Lei nº 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pelo Presidente Itamar Franco.

A Lei Orgânica de Assistência Social, em seu capítulo I, Artigo 2, inciso V, dispõe:

"A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família".

No Capítulo VI, Artigo 20, a LOAS prevê:

"O benefício mensal de um salário mínimo é concedido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

 I - que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção;

II - cuja família comprove não ter meios de prover a manutenção do beneficiário".

Numa tentativa de reduzir o descaso para com o idoso, o Presidente Itamar Franco sancionou, no dia 05 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.842, que trata da elaboração de uma política nacional para essa parcela da população. A Lei prevê entre outras coisas, prioridade aos mais velhos no atendimento em hospitais e postos de saúde do Estado, e na área da educação, etc.

No Estado de Santa Catarina, por iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social, e em respostas às necessidades e aspirações da comunidade catarinense, no ano de 1986 foram convocados grupos representativos de técnicos a participarem do I Seminário de Política do Idoso, objetivando traçar propostas básicas para a concretização de uma política social aos idosos de Santa Catarina aos níveis de:

- conscientização;
- legislação;
- cultura e lazer;
- saúde;
- educação.

A Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 05 de outubro de 1989, com relação à pessoa idosa, em seu Artigo 189, dispõe:

- "O Estado implementará política destinada a amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida, nos termos da lei, observado o seguinte:
- I os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares;

II - aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas e intermunicipais de características urbanas, assim classificadas pelos poderes concedentes;

III - definição das condições para a criação e funcionamento de asilos e instituições similares, cabendo ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as condições de vida e o tratamento dispensado aos idosos.

§ 1° - O Estado prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso bem como às instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento, oferecendo prioridade no treinamento de seus recursos humanos.

§ 2° - Para a eliminação do quadro de social. Estado marginalização 0 facilitará os procedimentos fiscais. legais e burocráticos em favor do associativismo de trabalho das pessoas idosas que visem ao aproveitamento de habilidades profissionais complementação da renda para sua sobrevivência".

Em 25 de setembro de 1990 é criado, através da Lei nº 8.072, o Conselho Estadual do Idoso, no Governo Casildo Maldaner.

A Secretaria de Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário e o Conselho Estadual do Idoso promoveram o II Seminário de Política Social do Idoso em Santa Catarina,

nos dias 15 e 16 de setembro de 1992, em Florianópolis. O referido Seminário congregou lideranças representativas de instituições da sociedade civil e do poder público direta ou indiretamente envolvidas com a causa da Terceira Idade.

O mencionado evento deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo I Seminário de Política Social do Idoso (1986), pelos Seminários Regionais da mesma natureza (1988) e pelo Seminário Interestadual sobre Idoso na Sociedade Brasileira (1989), e por numerosas iniciativas de ordem cultural sob a responsabilidade direta de instituições atuantes na área do idoso no Estado.

O evento referenciado no documento da Associação Nacional de Gerontologia - ANG, "Recomendações: Políticas para a Terceira Idade nos Anos 90", elaborado com a participação de lideranças gerontológicas/geriátricas do Brasil e dirigentes de instituições de bemestar do idoso, fomentou discussões sobre adequação à realidade catarinense das linhas de ação contidas no citado documento. Através de estudos e reflexões, o Seminário elaborou e aprovou documento que estabelece políticas para a Terceira Idade em Santa Catarina, abrangendo os seguintes pontos:

- I Educação do Público e Formação de uma Nova Imagem da
   Pessoa Idosa;
- II Educação Desenvolvimento de Pessoal para atuar na Área
   do Idoso;
  - III Educação, Lazer e Novas Aprendizagens;
  - IV Saúde: Um Direito e um Dever para com os Idosos;
  - V Promoção e Assistência Social;
  - VI Promoção e Assistência Social: Valorização das Instituições;
  - VII Habitação: Influência sobre a Qualidade de Vida Cotidiana;
  - VIII O Trabalho e o Trabalhador Idoso;
- IX Previdência e Seguridade Social numa Sociedade justa e equilibrada;
  - X Preparação para a Aposentadoria: um novo caminho.

Podemos verificar que até a década de 60 se falava pouco do idoso e apenas se comentava sobre os seus direitos. E que, a partir dos anos 70, começa a surgir uma preocupação com esse segmento social, sendo o ano de 1976 considerado o marco de uma nova era nas atenções públicas com relação à questão social da velhice. Porém, as atenções voltadas a essas questões, na realidade brasileira, tiveram encaminhamentos semelhantes àquelas das demais questões sociais, ou seja, as ações propostas tinham uma natureza assistencialista, objetivando

suprir algumas carências dessa população. As propostas apresentadas por parte do poder público nessa época, tinham como objetivo a atividade social, porém em termos de uma política social, eram ainda muito reduzidas.

—b Na década de 80, a questão da velhice ganha uma discussão mais ampla em toda a comunidade nacional. O Brasil começa a dar os primeiros passos no processo de democratização e começam a surgir por toda a nação os movimentos sociais pró-idosos, personificados nas associações de aposentados e pensionistas.

Na mesma época, começa a crescer a conscientização dos problemas da terceira idade, por parte dos governantes e pelos próprios idosos, que passaram a organizar-se e lutar pelos seus direitos.

Porém, em termos de uma política estruturada, com repercussão efetiva na qualidade de vida da pessoa idosa, pouco aconteceu. E o assistencialismo continua presente, como condição necessária a uma numerosa parcela da população idosa.

O engajamento na questão da velhice ampliou-se nas duas últimas décadas, tanto por parte dos governantes, quanto por parte da população. Este envolvimento e conscientização deve-se a dois fenômenos que ocorreram paralelamente:/o crescimento do número de idosos e a crise do

sistema de pensões e aposentadoria e de assistência médico social aos seus beneficiários./Verificamos que, nos últimos anos, as leis para a proteção do idoso estão, gradativamente, crescente e as ampliações das mesmas são as respostas dos governos às pressões feitas pela sociedade civil.

Entretanto, apesar de todos esses avanços e do aumento de número de leis, notamos que a atual política social voltada à Terceira Idade, não avançou na oferta concreta de melhores condições de vida para a pessoa idosa. A política social no Brasil, tem por tradição, hierarquizar os problemas sociais e, a partir daí, estabelecer às prioridades. A questão da velhice sempre foi secundarizada, visto que a maioria dos recursos e ações se concentraram na infância. Sabemos que os direitos, consignados em lei não modificarão a essência da sociedade injusta em que vivemos. Assim, é de elevada importância a participação das pessoas que lutam pela transformação e pelo fim das injustiças no contexto social.

A problemática da velhice, a nível macrossocial, depende da elaboração de políticas que realmente atendam à questão das desigualdades sociais, visando melhor qualidade de vida do cidadão ao longo de toda a sua existência. Devem, as ações do governo, ser de natureza mais preventiva do que curativa, mais promocional do que assistencial, resgatando para todos uma qualidade de vida digna. Também há

necessidade de uma ação sobre os centros do poder, para que as leis sejam cumpridas, que não fiquem apenas no papel e no discurso dos políticos.

Se a luta imediata é pela concreção efetiva dos direitos e a garantia da cidadania, a estratégia a médio prazo não pode ser imediatista e reduzir-se aos direitos a transporte, moradia e saúde.

Em nossa sociedade o idoso é visto como indivíduo que deixou de ser útil, não tendo mais condições de ser produtivo, passando a ser considerado encargo social e não patrimônio coletivo. Portanto, enquanto não conseguirmos mudar esta mentalidade, o envelhecimento continuará ocorrendo de forma subdesenvolvida. E a política para a Terceira Idade em nosso país, continuará um gigante adormecido.

### CAPÍTULO II

# O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO

2.1. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC

Como o nosso estágio foi realizado no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, inicialmente faremos um breve histórico da Instituição, antes de apresentarmos nossa prática.

Em 15 de setembro de 1909, através da Lei nº 825, o então Governador do Estado de Santa Catarina, o Coronel do Exército Brasileiro, Gustavo Richard, membro do Partido Republicano Catarinense, tendo como preocupação a viação e as obras públicas, organizou, instalou e fez funcionar o Montepio dos Funcionários Públicos, tendo por finalidade "prover a subsistência e amparar o futuro das famílias dos empregados do Estado, quando estes falecerem".

Mais tarde, através da Lei n° 3.138, de 11 de dezembro de 1962, no Governo Celso Ramos, um dos políticos fundadores do Partido Social Democrata - PSD, que criou uma infra-estrutura para desencadear o

desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, nos setores de energia elétrica, educação, rodovias, agropecuária e saúde, foi reorganizado o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado para o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC.

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina é uma autarquia de previdência e assistência social, com personalidade jurídica própria, dotado de autonomia administrativa e financeira. O IPESC está vinculado à Secretaria de Estado da Administração, sendo regido pela Consolidação das Leis da Previdência Estadual (C.L.P.E.), aprovada pelo Decreto nº 2.512, de 02 de maio de 1977.

O IPESC tem por objetivo primordial realizar o seguro social dos Servidores do Estado de Santa Catarina e praticar todas as operações de previdência e assistência em favor de seus associados, atuando, igualmente, na área essencial de saúde.

São considerados associados, com inscrição obrigatória no IPESC, todos os servidores dos três Poderes do Estado e das Autarquias Estaduais, mediante vínculo estatutário ou contratual, civis ou militares, que exerçam atividade remunerada, inclusive os servidores do próprio Instituto. São também associados obrigatórios os ocupantes de cargos em Comissão, os inativos civis e militares e os Auxiliares da Justiça, sendo

que o Estado assumirá a responsabilidade da Quota de Previdência relativa aos Auxiliares da Justiça, os funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, através de convênio entre o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC e a Prefeitura Municipal.

Os segurados do INSS, bem como aquelas pessoas cuja idade seja superior a 60 (sessenta) anos, na data de sua inscrição, não podem ser inscritas no IPESC.

Os professores particulares cujas escolas sejam registradas na Secretaria de Estado da Educação poderão inscrever-se no IPESC, como associados facultativos, dentro de 90 (noventa) dias da data de início de suas atividades com os deveres e vantagens dos associados obrigatórios. As inscrições dos associados facultativos ficam sujeitas a um período de carência de 12 (doze) meses, exame médico do candidato e idade não superior a 50 (cinqüenta) anos.

Todas as pessoas assistidas pelo IPESC, associados, dependentes e pensionistas são denominadas de "Beneficiários".

São consideradas dependentes do associado, conforme Lei Complementar nº 129, de 07 de novembro de 1994:

- o cônjuge;

- a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;
- o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;
- a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do agente público;
- a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do agente público;
- os filhos ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;
  - o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;
- o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprove dependência econômica do agente público;
- a pessoa designada que viva na dependência econômica do agente público, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.
- É pensionista todo dependente inserido no cadastro de beneficiário do IPESC, após a morte do associado.

Conforme a Lei Complementar nº 129, de 07.11.94, Artigo 16, a Contribuição Social mensal do agente público civil e militar, ativo e inativo, incide sobre o valor da remuneração ou proventos, e será calculada mediante a utilização da seguinte tabela progressiva:

## TABELA IV:

Base de cálculo correspondente às faixas de remuneração ou	Alíquotas
proventos	(%)
Faixa correspondente a até uma vez a menor remuneração ou proventos	08%
Faixa correspondente a mais de uma até quatro vezes a menor remuneração ou proventos	09%
Faixa correspondente a mais de quatro até oito vezes a menor remuneração ou proventos	10%
Faixa correspondente a mais de oito até quatorze vezes a menor remuneração ou proventos	11%
Faixa correspondente ao que exceder a quatorze vezes a menor remuneração ou proventos	12%

Atualmente, o Instituto de Previdência presta benefícios e serviços a 160.673 associados, 202.016 dependentes e 6.230 pensionistas, totalizando 368.919 beneficiários, abrangendo todo o Estado Catarinense.

O patrimônio e a renda do IPESC asseguram a concessão de benefícios e serviços.

Os benefícios têm seu pagamento obrigatório e previsto por Lei. São eles:

- Auxílio natalidade;
- Auxílio funeral;
- Auxílio reclusão;
- Pensão por morte;
- Pecúlio por morte.

Os serviços dependem da disponibilidade do IPESC, portanto, variam de características e valor. São serviços:

- Assistência médica;
- Assistência financeira;
- Assistência habitacional;
- Assistência social.

Os cargos de direção do Instituto (Presidente, Diretor e Gerente) são designados como administradores públicos de confiança do Governo do Estado. Deste modo, a política do IPESC é derivada da filosofia do governo vigente.

A gestão de cada governo prioriza a política social que o identifica, fazendo com que nem sempre haja continuidade no processo dos programas adotados.

### 2.2. O SERVIÇO SOCIAL NO IPESC

O Serviço Social foi implantado no IPESC em 08 de março de 1973, adotando como diretriz inicial o estudo de vários fatores de natureza psicossocial que interferem nas situações problema dos beneficiários, tendo como objetivo a melhoria da situação sócio-econômica, bem como informação e orientação previdenciária para a adequada utilização dos serviços e benefícios prestados pelo Instituto.

O Serviço Social inseriu-se no espaço institucional através do Núcleo de Desenvolvimento Social - NDS, que, a partir de 1991, passou a ser Gerência de Desenvolvimento Social - GEDES, com uma estrutura de cargos e de um gerente, que está diretamente subordinado à Diretoria de Seguridade Social - DSEG.

Historicamente, o Serviço Social tem procurado contribuir para a integração mais satisfatória do beneficiário no sistema previdenciário, desenvolvendo uma prática envolvida e comprometida com o sistema administrativo e político adotado pelo IPESC.

Tendo em vista a amplitude das carências sociais, a atuação do Serviço Social se projeta sobre acontecimentos singulares e grupais, levando em conta os benefícios e serviços oferecidos pelo Instituto de Previdência. Seu objetivo é integrar o associado ao sistema previdenciário do IPESC no que tange ao conhecimento de seus direitos e a sua adequada utilização.

As informações, orientações e esclarecimentos sobre os benefícios e serviços prestados pelo IPESC, são realizadas somente quando os usuários se dirigem ao Instituto, pois este não tem condições de divulgá-los sistematicamente.

Dentro do IPESC, as funções do Serviço Social são assim definidas:

- Interpretação e esclarecimentos quanto aos aspectos sociais, legais e funcionais dos benefícios e serviços previdenciários;
- Implantação, administração e avaliação de programas de Serviço Social;
- Organização dos serviços burocráticos como: cadastro familiar e individual, relatórios, etc.;
- Sensibilização dos usuários atendidos para as suas necessidades, potencialidades, capacitando-os para a auto-direção;
- Elaboração de estudos, relatórios, informações técnicas, pareceres em processos;
- Realização de estudos sócio-econômicos solicitados pelas Diretorias, atendendo os casos sociais que lhe forem encaminhados;
- Após visita domiciliar, emitir laudo técnico-social dos processos encaminhados pelas Diretorias ou Procuradoria Jurídica do IPESC;
- Supervisionar, coordenar, controlar e executar programas e projetos relacionados ao bem-estar dos beneficiários vinculados à política social da instituição.

49

Cabe ressaltar que, algumas destas funções não estão sendo

executadas atualmente, tendo em vista a defasagem de técnicos existente

na Gerência de Desenvolvimento Social, bem como a pouca autonomia que

tem o assistente social, submetendo-se às diretrizes e normas estabelecidas

pela entidade, e também ao processo burocrático que permeia as ações

realizadas, limitado, desta forma, as funções do Profissional de Serviço

Social em alguns programas do Instituto.

A Gerência de Desenvolvimento Social do IPESC, atualmente

está desenvolvendo os seguintes programas:

1. Serviço de Qualificação de Beneficiários:

1.1. Programa de Apoio, Esclarecimento e Mobilização de

Recursos;

1.2. Inscrição de Beneficiários.

2. Serviço de Integração Comunitária:

2.1. Programa de Assistência ao Idoso - PAI.

Atualmente, a GEDES tem o seu quadro funcional composto da

seguinte forma:

Gerência: 1 Psicóloga

Serviço de Qualificação de Beneficiários:

- 03 Assistentes Sociais;
- 02 Advogados;
- 03 Técnicos em Atividades Administrativas;
- 01 Pedagoga;
- 02 bolsistas datilógrafas.

Programa de Assistência ao Idoso - PAI:

- 01 Socióloga;
- 01 estagiária de Serviço Social;
- 01 estagiária de Educação Física;
- 06 estagiárias do Núcleo de Estudos da Terceira Idade NETI.

## 2.3 - O PROCESSO GRUPAL NA ASSISTÊNCIA AO IDOSO

Atendendo a uma preocupação do Ministério da Previdência e Assistência Social, baseada no diagnóstico das condições de vida do brasileiro com mais de 60 anos de idade, extraído de Seminários a nível regional e nacional, e, na necessidade de elaboração de um Política de Atendimento ao Idoso no Brasil, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC - criou, em 1976, o Programa de Assistência do

Idoso - PAI. Na época, era Presidente do Instituto o Dr. João Paulo Rodrigues e, Coordenador de Seguridade Social, o Dr. Antônio Quirino dos Santos. O Núcleo de Serviço Social, responsável pela implementação do novo programa, tinha como chefe a Assistente Social Rita de Cássia Gonçalves da Silva, e contava com a colaboração das estagiárias Marlene Edir Severino e Elizabeth Bahia Spinola Bittencourt.

O processo de implantação do Programa, iniciou-se no ano de 1976, através da seguinte metodologia.

- 1° Triagem nos arquivos dos pensionistas do Departamento de Previdência, que deu condições de realização de um estudo sistemático, através de entrevistas individuais, realizadas em visitas domiciliares;
  - 2° Elaboração do formulário a ser aplicado na área determinada;
- 3° Preenchimento do formulário: as informações obtidas através do levantamento, serviram como subsídios para confirmar as hipóteses levantadas;
- 4° Seleção, que consistiu em interpretar os objetivos que apresentaram as condições mínimas de participação no Programa, assim expressas: ser pensionista, não ter doença grave ou mental e querer

frequentar as reuniões semanais, sendo dada maior ênfase a esta última condição.

Foram selecionadas 150 pensionistas, tendo como critérios a idade de 60 a 70 anos, e dados referentes à saúde no que diz respeito às limitações.

Deste número, foram realizadas 78 entrevistas, sendo que as demais selecionadas não foram encontradas por ocasião da visita, seja por motivo de mudança de residência ou por estarem ausentes de casa.

Para a implantação do Programa de Assistência ao Idoso foram estabelecidos os seguintes objetivos:

#### Gerais:

- Promover melhores condições de bem-estar do idoso, através da utilização dos recursos do IPESC;
- Atuar junto ao idoso, visando a solução dos problemas psicosociais.

# Específicos:

- Estimular as experiências grupais, desenvolvendo e incentivando a sociabilidade do idoso;

- Valorizar as atividades de lazer como elemento de equilíbrio bio-psico-social e liberador de tensões;
- Intensificar o nível de informação para que o idoso responda mais adequadamente às solicitações do seu meio ambiente;
- Canalizar o potencial criativo, satisfazendo necessidades pessoais e sociais;
  - Reforçar ou substituir valores sócio-culturais;
  - Criar situações adequadas à remoção de bloqueios;
- Possibilitar a participação nas atividades sociais, culturais e associativas da comunidade.

Na execução do Programa, foram determinados os seguintes recursos:

- a) Humanos: 1 assistente social;
  - 1 estagiário de 7<sup>a</sup> fase de Serviço Social, responsável pela execução do Programa;
  - 1 estagiário de Serviço Social de 5a fase, como observador participante.
- b) Materiais: viatura para realização das entrevistas "in loco";
- sala equipada para realização das reuniões semanais;

- material administrativo necessário à execução dos trabalhos.
- c) <u>Financeiros:</u> os recursos financeiros fazem parte do orçamento da entidade.

O sistema de avaliação ficou assim estabelecido:

- reuniões mensais com a equipe executora para estudo e avaliação do Programa a curto prazo;
- reuniões trimestrais com a equipe executora, para estudo e avaliação do Programa a médio prazo;
- reunião anual para avaliação geral do Programa.

O critério da avaliação utilizado era verbal e escrito

O sistema de avaliação tinha por finalidade verificar o alcance dos objetivos, ou seja, o número de idosos atingidos, a melhor utilização dos recursos de que o IPESC dispunha, a aceitação e participação do idoso no trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Serviço Social e o comparecimento às reuniões e atividades.

Após o treinamento da Técnica Rita de Cássia Gonçalves da Silva, chefe do Núcleo de Serviço Social, na área de Gerontologia e a

elaboração do Programa de Assistência ao Idoso, iniciaram-se os atendimentos às pensionistas e aposentadas em grupos semanais.

A primeira reunião ocorreu nas dependências do Serviço Social do Comércio - SESC. Este encontro contou com a participação de 17 (dezessete) senhoras. Com o decorrer das reuniões, o Grupo passou a estabelecer suas atividades e a criar laços de amizade entre seus membros, encontrando-se semanalmente, às quintas-feiras, no período vespertino.

Este primeiro Grupo Social passou a denominar-se "Grupo Esperança", nome proposto pela Senhor Zilda Cunha Cavallazzi e aprovado pelas demais senhoras presentes.

Posteriormente, em função da grande procura por parte de associadas do IPESC, foram criados mais 3 (três) grupos:

Em 30 de maio de 1978, o "Grupo Amor e Bondade", cujas reuniões ocorrem às quartas-feiras;

Na data de 25 de junho de 1979, o "Grupo Amizade", com reuniões às segundas-feiras;

No dia 07 de agosto de 1984, o "Grupo Integração", com reuniões às terças-feiras.

No dia 17 de março de 1989, por iniciativa da Assistente Social do IPESC, Luiza Maria Lorenzine Gerber, foi criado o "Grupo Harmonia", denominado grupo de casais, com reuniões às sextas-feiras. Este primeiro encontro contou com a participação de 03 casais, sendo que mais tarde foram entrando senhores e senhoras, totalizando 12 casais. O nome do Grupo foi proposto pela Senhora Célia Barros Rolim, e aprovado pelos demais integrantes. Com o passar do tempo, algumas pessoas começaram a ficar doentes e acabaram se afastando do grupo em função desse problema. E o grupo ficou com um número reduzido de casais. Assim sendo, no ano de 1994, houve abertura de vagas para senhoras viúvas, separadas ou solteiras, tornando-se um grupo misto. E no ano de 1995, para não descaracterizar o grupo de Casais, estão sedo aceitas inscrições de casais, senhores viúvos, separados ou solteiros. Atualmente, o grupo conta com 29 integrantes, sendo: 08 casais; 12 senhoras e 1 senhor viúvo.

Atualmente, o Programa de Assistência ao Idoso presta atendimento a 160 pessoas, distribuídas nos cinco grupos de convivência, que se reúnem semanalmente, de segunda à sexta-feira, das 14:00 às 17:00 horas.

O ingresso aos grupos se dá a partir do interesse do associado, dependente ou pensionista. É realizada entrevista com a pessoa, incluindo

o preenchimento de um cadastro. Posteriormente, havendo vaga em um dos grupos, a pessoa é chamada para integrar o grupo.

O Programa, no presente momento, conta com a seguinte equipe:

- 01 socióloga;
- 01 estagiária de Serviço Social;
- 01 aluna de Educação Física;
- 06 estagiárias do Núcleo da Terceira Idade NETI/UFSC.

No tocante às atividades realizadas, destacamos, dentre outras:

- Trabalhos manuais;
- Palestras e reflexões grupais;
- Realização de viagens/passeios;
- Programações artísticas/culturais;
- Programação Interinstitucionais;
- Ginástica;
- Dança.

Com relação aos <u>recursos financeiros</u>, o Programa dispõe de um item orçamentário desde o ano de 1980, que custeia os lanches, material de apoio e de trabalhos manuais.

O Programa também é operacionalizado nas Coordenadorias Regionais de: Criciúma, Joaçaba, Lages, Chapecó e Blumenau.

Os objetivos fundamentais do Programa, atualmente, são;

- Promover melhores condições de bem estar da pessoa idosa, beneficiária do IPESC, através da utilização dos recursos institucionais;
- Estimular as experiências grupais, desenvolvendo incentivando a sociabilidade do idoso;
  - Y- Valorizar as atividades de lazer e trabalho.

Para registro das ações realizadas no Programa são utilizados os seguintes documentos:

- Relatório de Reunião,
   Lista de Frequência.

A documentação, pelas suas características, é usada para registro da ação profissional.

As atividades desenvolvidas pelos grupos são de caráter educacional, saúde, trabalho, lazer e cultura.

A nossa vivência como estagiária do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina realizou-se no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, mais especificamente no Programa de Assistência ao Idoso - PAI, da Gerência de Desenvolvimento Social - GEDES, junto ao Grupo Harmonia, único grupo composto por casais, no período de março de 1994 a julho de 1995.

Durante os estágios I e II, atuamos junto ao Grupo Harmonia, e, na terceira fase de estágio curricular, assumimos a coordenação de mais dois grupos: o Amizade e o Integração, compostos somente de senhoras, ficando, assim, com a coordenação de três grupos.

Os grupos se reúnem semanalmente em dias distintos:

- segunda-feira: o Amizade;
- terça-feira: o Integração;
- sexta-feira: o Harmonia.

As reuniões e atividades duram das 14:00 às 17:00 horas.

Coordenamos o processo de eleição das Diretorias dos Grupos Amizade, Integração e Harmonia, assessorando as ações e decisões.

Realizamos entrevistas com pessoas interessadas em participar dos grupos.

Prestamos atendimentos individuais às pessoas dos grupos que nos procuraram. Mantivemos contatos telefônicos com os integrantes dos grupos que estavam doentes, ou que estavam ausentes por motivos de saúde na família.

Participamos de <u>reunião</u> interinstitucional na Prefeitura Municipal de Florianópolis, sobre a programação do mês do idoso (setembro) de 1995.

Efetuamos, também, contatos técnico-administrativos.

À medida que fomos desenvolvendo nosso estágio curricular, realizamos um estudo da instituição, através de trabalhos de conclusão de curso de estagiárias que nos antecederam na Gerência de Desenvolvimento Social, bem como de regulamentos e manuais da instituição.

Nas leituras realizadas dos trabalhos de conclusão de curso, tivemos oportunidade de estabelecer contato com assuntos já tratados pelas estagiárias, e não encontramos trabalhos sobre o Processo Grupal na Assistência ao Idoso.

Assim sendo, julgamos oportuno trabalharmos este tema.

O nosso trabalho acadêmico versa sobre o Processo Grupal como Espaço de Assistência ao Idoso no IPESC, objetivando uma reflexão sobre as ações já desenvolvidas e sobre as atividades atualmente em curso.

A nossa pesquisa se deu através da técnica da História Oral, sendo selecionados dois profissionais de Serviço Social: um, por ser a pessoa que iniciou as atividades do Programa, e, o outro, que, além de ter dado continuidade aos trabalhos realizados no Programa, foi responsável pela formação do grupo de casais, ou seja, o Harmonia. Foram também ouvidos dois grupos de idosos: o Grupo Esperança, o mais antigo, e o Grupo Harmonia, o mais recente. Do primeiro grupo, realizamos a entrevista com as três fundadoras, e, do segundo, com os três casais que estão há mais tempo no grupo.

História Oral é a significação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais.

A História Oral é essencialmente uma história de vida, onde ao historiador ou pesquisador apenas interessa aquela determinada pessoa que presta informações, devido às suas experiências. Seu principal objetivo é preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro.

Dois elementos caracterizam o documento de História Oral: a espontaneidade do registro da informação gravada e a intencionalidade da formação do documento histórico para utilização futura, como material que não tenha sido escrito até então, mas que completa os documentos já existentes.

A técnica é a entrevista devidamente guiada pelo historiadorentrevistador, fazendo com que o entrevistado explique pontos ou fatos que a falta de outro material deixou obscuro.

O entrevistador em História Oral, escolhe determinadas pessoas para serem entrevistadas. Isto significa que elas são únicas e possuem experiências e a vivência suficiente para lhes dar as respostas desejadas.

A utilização do questionário previamente elaborado para as entrevistas de História oral não é indicado, pois tal técnica limita o entrevistador e o entrevistado, inutilizando o aspecto informal que caracteriza o relacionamento entre ambos.

A realização da entrevista, compreende duas etapas:

- 1. Preparo ou planejamento, que é a base a qual se desenvolverá com perfeição;
  - 2. A execução.

A História Oral possibilita acesso a informações que não estão publicadas, bem como ao arquivo dos detalhes fornecidos pelos próprios participantes do fato.

No desenvolvimento das entrevistas foram adotadas duas questões norteadoras:

A - "Como era o Programa e como está hoje" (para os integrantes do grupo).

B - "Como foi a sua participação no Programa" (para os técnicos).

A partir da colocação dos objetivos da pesquisa e formulação da questão, os entrevistados discorreram sobre sua vivência no Programa. Através das falas dos entrevistados apresentaremos algumas considerações que julgamos mais importantes para o nosso trabalho.

Para uma melhor compreensão do processo grupal, citaremos algumas considerações que julgamos fundamentais.

O homem é uma criatura ativa, inteiramente vinculada com seu meio. Não é uma unidade isolada que aprende imediatamente a reagir ante os estímulos sociais, desde o nascimento vive em um mundo de interação com outros. O instinto social do homem, desde os primórdios, levou-o

sempre para uma existência em comunidade cuja forma mais comum é o grupo.

Acreditamos que as pessoas se realizam num convívio grupal ou comunitário, o relacionamento com as pessoas responde a natureza social do homem, como suas necessidades existenciais.

Conforme Konopka (1968:55):

"(...) o indivíduo não é uma entidade separada, mas um indivíduo integrado e inter-relacionado com outros. A necessidade do homem com respeito a alimentação e abrigo, amor e carinho, realização e satisfação da sua sede de conhecimento depende da interação do homem com seu semelhante".

homem com seu semelhante".

Konopka (1968:55) acrescenta que, após as necessidades biológicas, os anseios mais profundos do homem são os de ser amado e de ser importante para alguém. É desses anseios que se originam todas as outras necessidades. Durante toda sua vida, o ser humano se esforça para atingir ou manter esse sentido do "eu", através da procura do contato com o outro, que dá importância, carinho, calor ao seu próprio eu.

As pessoas se integram a grupos, procurando satisfazer certas necessidades fundamentais que são supridas por estes.

Como mostra Schultz apud Rodrigues (1979:41):

"Todo ser humano experimenta em graus diversos, necessidades interpessoais que somente em grupo, podem ser satisfeitas adequadamente. São elas: necessidades de inclusão, controle e afeição".

A inclusão é a necessidade que a pessoa tem de se sentir aceita, valorizada e integrada pelos membros do grupo em que participa.

O controle é a necessidade que a pessoa tem dentro de um grupo de que a existência e a dinâmica deste não escapem totalmente ao seu controle. É o desejo de sentir-se responsável pelas atividades, estruturas, objetivos e progresso do grupo.

A afeição é a necessidade que toda pessoa tem de ser estimado e respeitado pelo grupo. É o desejo de ser insubstituível para o grupo.

O grupo é um momento de uma reordenação de toda uma vivência da pessoa, e oportuniza a criar novas perspectivas de vida, ou seja, um novo modo de vida, bem como a satisfação das pessoas. É no grupo que a pessoa sente compreendida, apoiada e valorizada. O grupo propicia novos experimentos e exercita, de certa maneira, os armazenados pela vida.

O grupo é um conjunto de indivíduos em relação temporária, ou permanente, que apresenta um mínimo de unidade no comportamento. As pessoas de um grupo estão sujeitas a um certo número de forças ou

influências que agem dentro do grupo. Algumas forças mantêm o comportamento do indivíduo num estado estável, outras são inibidoras e outras dirigem as ações dos indivíduos.

Para J. Simões Jorge (1980:16) o termo grupo pode ser definido como:

"Uma pequena comunidade social que, em comunhão, através dos processos de interação, busca realizar, criticamente, um objetivo proposto".

Após definirmos o conceito de grupo, passaremos ao processo de formação e organização grupal. Este processo pode ocorrer espontaneamente ou ser motivado, podendo, ainda, ser formal ou informal. Para a formação de um grupo é necessário um número limitado de membros que tenham certa homogeneidade e possam se reunir com determinada frequência.

Segundo Maria Lúcia Rodrigues(1979:40):

"A formação e desenvolvimento do grupo, chamamos de processo grupal, isto é: existe um processo natural emergente quando um conjunto de pessoas se reúnem constituindo um grupo".

Em entrevista R.B. coloca sobre o surgimento do Grupo Esperança:

"(...) a gente começou mesmo com só oito pessoas, depois foi crescendo, a gente foi convidando uma, outra".

Através dessa fala podemos observar como se dá a formação de grupo, ou seja, através do processo grupal.

A participação ocorre de acordo com os interesses nos objetivos propostos pelo grupo. Entre estes destacamos a viabilização da interação entre os indivíduos, que procura ajudar os integrantes a enfrentar de maneira mais eficaz seus problemas no meio social.

Segundo Vinter apud Rodrigues (1979:13):

"(...) os objetivos do trabalho com grupos, concentram seu interesse em aspectos fundamentais: participação social; na socialização e realização do indivíduo para que ele vir assumir com possa responsabilidade os papéis sociais; e, no tratamento ou reabilitação, como forma modificar própria conduta a chegar à realização pessoal"

Maria Lúcia Rodrigues (1979:45) salienta cinco aspectos observáveis nos grupos:

No primeiro, a movimentação para a participação num grupo.

Todo grupo em formação carece de movimentação.

A motivação é um estímulo, e este, para ser eficaz, deve ir de encontro às necessidades e interesses da clientela.

Seu A.P. coloca que foi aposentado por problemas de saúde, ou seja, cardíaco, teve que pôr marca passo, o que o deixou muito deprimido, não sabe se foi em função do isolamento, pois se trancou dentro de casa, porque não tinha nenhuma atividade. Por esses motivos veio a sofrer de depressão. Procurou todos os recursos, por fim, começou a frequentar grupo de convivência, onde encontrou solução para o seu problema de depressão.

O homem enquanto ser humano se desenvolve constantemente durante toda sua vida.

"Em cada estágio de desenvolvimento, as pessoas precisam encontrar a realização de suas necessidades através de associações grupais qualitativas ou serão prejudicadas de uma forma ou outra. (...) a prática de trabalho em grupo visa prestar ajuda nas diferentes fases de desenvolvimento, busca também a ultrapassagem dos obstáculos em seu caminho" (Konopka, 1968:5).

O segundo aspecto é decorrente do momento em que o grupo se formou, ocorrem suas primeiras reuniões.

O grupo se encontra em expectativa decorrente das necessidades, conscientes e inconscientementes, que os participantes levam para o mesmo, sem que possuam, ainda, garantias de que essas necessidades sejam satisfeitas. Isso gera, no grupo, uma certa insegurança, pouca espontaneidade e acomodação, fazendo com que os participantes de uma primeira reunião se mostrem passivos e formais ou, então, falantes numa aparente euforia.

Dona T.P. coloca que antes de frequentar o grupo era bastante tímida, tinha um bloqueio para falar em público, atualmente, está até cantando. Ocorreu uma transformação no seu comportamento, segundo o seu esposo.

✓ Já no terceiro temos o momento em que o grupo já se sente mais seguro e capaz de atuar com espontaneidade.

Neste terceiro aspecto, emergem diferenças pessoais, conflitos, atitudes individualistas, soluções um tanto rígidas. Configuram-se, também, as afinidades e identificações e formam-se os sub-grupos.

Na entrevista dona M.A diz que na hora do grupo passear, surgem várias opiniões sobre o local que, umas integrantes querem ir para um lugar, e o restante não concorda, formando, então, os subgrupos. Temos no quarto aspecto o momento em que o grupo se encontra mais maduro e é capaz de assumir atitudes solidárias, complementares e integrativas.

As comunicações entre seus membros são mais abertas, verdadeiras e mais ricas de conteúdo, porque todos já evoluíram para uma posição menos defensiva e individualista. Sendo capazes de explorar várias alternativas, perdem a rigidez e são capazes de consenso grupal, obtendo, assim, uma integração maior, com possibilidades de decisões mais concretas e condizentes com as necessidades comuns.

Segundo M.R. os locais de passeio atualmente são determinados pelo grupo, discutem bastante sobre o assunto, durante vários encontros, até que todos concordam com a escolha.

√ O quinto é o momento de reforço das atitudes grupais adquiridas.

Neste momento o assistente social deve ajudar o grupo a realizar uma síntese final do que foi apreendido e decidido e a fazer avaliações. É, também, o momento de solidificação das atitudes grupais adquiridas, possibilitando sua transferência para outras situações de vivência grupal.

Após analisarmos estes aspectos, percebemos a importância de participação nos grupos assim relatada nos depoimentos dos entrevistados:

Dona R.B. coloca que antes de entrar para o grupo, ela não saia de casa, tampouco, conhecia as ruas do Centro da Cidade de Florianópolis e, que, até para fazer as compras de casa e tecidos para confecção de roupas era seu marido que comprava. E, depois que entrou para o grupo já conhece várias ruas da cidade, vai ao banco receber sua pensão, faz compras nas lojas e supermercados. Acrescenta que, no grupo se faz novas amizades e adquire novos conhecimentos, e, se deixar o grupo a vida não terá mais sentido.

Konopka (1968:50) assim expressa sobre o assunto:

"O Trabalho Social de Grupo é um método de trabalho social que ajuda os indivíduos a melhorarem sua atuação na sociedade através de experiências grupais objetivas e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, grupais ou comunitários".

A partir destes depoimentos percebemos uma interação entre os integrantes, uma tomada de consciência de suas próprias ações, eles passam a ser sujeito de sua ação. Nas próprias colocações revela-se uma transformação em suas vidas com a participação nos grupos.

Z.C. relata: "Aqui é uma família, esse grupo é, às vezes vem uma acanhadinha, a gente começa a brincar e na outra semana ela já vem alegre".

Entendemos que a análise mais conveniente do processo grupal para quem vai trabalhar com grupos, não é feita através da identificação rígida de momentos, etapas ou fases, mas através da compreensão dos fenômenos que podem ocorrer quando um grupo começa a funcionar.

Os fenômenos de grupo podem ser compreendidos como toda a forma de expressividade de sentimentos e ou atitudes, implícita ou explícita, que emerge na dinâmica dos grupos. Através desta dinâmica surge uma variedade de fenômenos, tais como: simpatias, antipatias, medo, insegurança, timidez, entre outros.

Conforme Rodrigues (1979:33) o grupo se mantêm junto enquanto perdura a necessidade de participação naquele programa ou atividade. E, se extingue na medida em que o programa não exige mais a participação ou os membros do grupo amadurecem e desejam outros níveis de participação.

Os grupos se modificam de acordo com as suas necessidades, com o contexto econômico, com as políticas que estão inseridos, e com a estrutura administrativa do Órgão a que pertencem.

As mudanças ocorridas nos grupos Esperança e Harmonia podem ser percebidas no decorrer das entrevistas realizadas com seus participantes.

No seu relato M.A.. coloca que no início eram realizados maior número de passeios, era outra administração. O local que seria realizada a viagem era definido pela assistente social e a maioria das integrantes acatava essa decisão, aceitando sem questionar.

M.R. ressalta que eram realizados passeios na sede balneária dos Funcionários do IPESC, algumas festas comemorativas também ocorriam neste local "era muito bom".

O grupo proporcionava a realização de várias atividades manuais como: bordado, crochê, pintura, tapeçaria, etc., "trabalhava-se mais dentro do grupo (M.A.).

R.B. expõe: "As decisões eram tomadas pela assistente social, não havia "dinheiro em caixa", mas os passeios eram gratuitos. Todas as despesas eram pagas pelo Programa, então ela falava, hoje vai ter, ou tal dia vai ter passeio para tal lugar, aí o grupo acompanhava".

R.B. continua em outro momento da entrevista colocando que "nós fazíamos um jornal", que era editado pelo IPESC e distribuído para todos os integrantes dos grupos pertencentes ao Programa.

## Z.C. expõe sobre o assunto:

"A gente mesma fazia o nosso café, na hora do lanche, cada uma de uma vez, ia para a cozinha e o IPESC, desde o primeiro dia até alguns anos atrás, sempre ajudava dando sanduíche, bolo, pão. Quando alguém estava de aniversário no grupo, eles davam uma torta e presentinhos".

Quando o grupo foi fundado as reuniões eram realizadas no SESC, depois o grupo foi aumentando e o local se tornou pequeno, então o IPESC comprou um casarão e as reuniões passaram a se realizar ali (Z.C.).

Continua ainda em seu depoimento:

"Naquele tempo fazíamos diversas viagens e o IPESC contribuía com o ônibus, dinheiro não, mas o ônibus era de graça, principalmente no tempo das eleições nós arranjávamos ônibus de graça".

As comemorações festivas sempre contavam com a participação do Diretor do IPESC.

Segundo Z.C.:

"Antigamente os grupos eram muito unidos, as festas tinham a participação de todos, mas ai ficou muita gente e os grupos se dividiram. (...) antigamente o bingo era feito em separado e a mensalidade era menor".

As atividades realizadas pelos grupos são importantes, pois é através do grupo ocupacional, do grupo de amigos, dos grupos de

recreação que o idoso encontra formas mais objetivas de integrar-se ao meio social que convive.

As atividades artísticas, culturais, sócio-comunitárias entre outras, tem sido utilizadas com sucesso no sentido educacional e terapêutico (Rodrigues, 1979:35).

Pelos depoimentos, podemos perceber que os grupos têm suas atividades recreativas e reuniões grupais.

Atualmente, verificamos alterações significativas nos grupos pesquisados, de acordo com as entrevistas.

A.P. coloca que a organização dos passeios agora é realizada pelo próprio grupo, o local é decidido através de votação entre os integrantes.

M.A..: "Hoje em dia não tem mais ônibus de graça, temos uma "caixinha" que é o dinheiro da mensalidade e do bingo que nós mesmos estabelecemos o valor".

Segundo M.R., a alimentação que antes era fornecida pelo IPESC, atualmente fica por conta dos próprios integrantes. Coloca ainda uma mudança na composição dos participantes antes formado apenas por casais

e por necessidade dos próprios membros, passa a ter abertura para a participação de senhores e senhores viúvos ou separados.

R.C. relata:

"O grupo modificou bastante, agora está melhor, tem mais atividades, a gente tem mais vontade de participar, porque encontra novidades sempre".

Sobre as atividades manuais, R.C. coloca ainda, hoje o IPESC fornece os materiais, o produto final destes trabalhos é vendido na feira de artesanato do SESC e o lucro é dividido em 40% para o grupo e 60% para o Programa que emprega nas festividades natalinas.

A participação da direção da instituição nas atividades festivas deixou de ocorrer conforme Z.C.: "é raro ver um diretor numa festinha nossa".

As decisões são tomadas em conjunto com todos os integrantes, a coordenadora apenas participar auxiliando e esclarecendo as dúvidas (R.R.).

Várias atividades recreativas são desenvolvidas como desfiles de moda, escolha da rainha, bingos, entre outras.

São realizadas festas de aniversário com o dinheiro do caixa e os presentes são comprados através de "cotas" entre os integrantes (Z.C.).

Podemos perceber pelos relatos que as mudanças foram recebidas de forma positiva pelos integrantes, não havendo resistência, por outro lado contribuíram como incentivo à participação.

Segundo Coelho (1987: 59):

"A participação dos idosos nos grupos sociais é importante, porque no grupo social existe a dinâmica de grupo, que se refere ao conjunto de componentes, forças e processos que aparecem e atuam na vida dos pequenos grupos e se encontram em situação de independência e integração potencial".

A comunicação que surge nesse segundo momento do grupo é fundamental, pois é através dela que as pessoas costumam falar da posição que ocupam enquanto participantes de um grupo.

O processo de conscientização ocorre quando a pessoa se percebe enquanto sujeito de sua ação e passa a utilizar os mecanismos de cidadania, que podem ser percebidos quando o grupo organiza suas próprias atividades e exerce seu direito de lazer.

A auto-determinação se faz presente na escolha dos locais de passeio demonstrando assim um processo de amadurecimento dos integrantes.

"A conscientização tem como ponto de partida a busca do homem-sujeito, capaz de refletir sobre sua situação e

emergir plenamente consciente comprometido e pronto a intervir na realidade para mudá-la" (Pavão, 1981: 51).

A afetividade relatada no transcorrer das entrevistas é um dos fatores de motivação. Rodrigues (1979: 56), expõe:

"Constata-se inicialmente, a existência de afetos inconscientes, compartilhados por todos os participantes do grupo".

Concluindo nossa abordagem sobre o Processo Grupal na Assistência ao Idoso no IPESC, passaremos a relatar trechos das entrevistas realizadas com as técnicas que participaram dos grupos.

Através de suas falas podemos destacar que:

A técnica R.C. identifica sua atuação no sentido de buscar elementos para a implantação do Programa, um trabalho voltado para a conscientização do potencial do ser humano, sendo um processo lento por uma série de dificuldades, que com o passar do tempo se estruturaram. E, também atuou na coordenação de grupos, relata que, as atividades, no início do Programa se concentravam em reuniões de grupos, e houve momentos em que as pessoas envolvidas com as atividades grupais, buscaram reuniões com grupos de comunidades, cursos paralelos, dança, ginástica, pintura. E que, foi dado ênfase às atividades à medida que surgiam necessidades dos integrantes do grupo, sendo que as atividades

eram diferentes entre os grupos, pois apresentavam características distintas. Destaca que os estagiários de Serviço Social sempre foi uma constante no Programa, que, desde 1976, o IPESC foi campo de estágio, e os mesmos sempre fizeram parte da equipe profissional e foram a base dos trabalhos grupais.

Expõe que no início do Programa surgiram dificuldades de ordem financeira, por não ter dotação específica para esse serviço prestado pelo IPESC aos seus beneficiários, sendo que atualmente o Programa já dispõe de um item orçamentário próprio que consta do orçamento do Instituto, que resultou de um processo lento de sensibilização administrativa.

Com relação aos objetivos do Programa, que antes perfaziam um número de 9 (nove), sendo 02 (dois) gerais e 07 (sete) específicos, e atualmente resumidos em número de 03 (três) fundamentais, a técnica R.C. responsável pela implantação do Programa justificou que, os objetivos, no início do Programa, foram mais amplos em função de uma política mais abrangente, naquela época, do Governo Federal, sendo elaborados em conjunto com os órgãos do Ministério de Assistência e Previdência Social. À medida que se centrou a nível estadual, os objetivos foram redimensionados e estabelecidos de acordo com a política de atendimento ao idoso de cada Estado.

Magalhães (1989: 57) define que o trabalho de política do envelhecimento emerge da sociedade civil e de suas classes sociais, posteriormente chega ao Estado e ganha forma normativa e operacional.

No seu relato, a técnica L.G. diz que a sua participação foi como coordenadora, ou como supervisora. E sempre uma participação direta. Atuava como técnica na coordenação de grupo, e também administrativa, gerenciando a parte de compras do Programa, de manutenção do mesmo, organizava os passeios e viagens. Realizava o trabalho no sentido de dar suporte técnico para o Programa.

Rodrigues (1979: 70) coloca sobre o técnico:

"O monitor é o facilitador do grupo.

Tem o interesse de facilitar o desenvolvimento do grupo, de ajudá-lo a alcançar seus próprios objetivos: independência e a autoresponsabilidade".

Nesse sentido, é de grande importância a participação efetiva do técnico no processo grupal, orientando e acreditando no grupo enquanto totalidade e capaz de se auto-dirigir.

Os métodos de grupo podem ser utilizados em qualquer campo de prática do Serviço Social na busca de atingir determinados objetivos.

Coelho (1988: 49) ressalta:

"A participação do Serviço Social nos Grupos Sociais de Idosos tem por finalidade a valorização".

Ao Assistente Social cabe perceber as atividades que mais agradam ao Grupo, procurando responder sempre às necessidades dos integrantes.

"A participação do Assistente Social nos Grupos Sociais é de uma pessoa que habilita outras. Ele não é uma pessoa que diz o que deve ser feito. É o elemento que ajuda o grupo a realizar aquelas coisas desejadas pelo próprio grupo" (Coelho, 1988: 49).

Dado o papel do Serviço no Grupo procuramos defini-lo de acordo com a concepção de diferentes autores frente à vasta bibliografia sobre o assunto, acreditamos ter chegado a um entendimento maior sobre o mesmo.

Procuramos, durante nossa pesquisa, fazer um breve resgate do histórico do Programa de Assistência ao Idoso do IPESC, juntamente com as ações atuais, visando através dos grupos e profissionais desvendar o Processo Grupal na Assistência ao Idoso, sendo este a meta principal de nosso trabalho.

Acreditamos que as reflexões acerca de nosso objeto de estudo nos permitiram uma maior compreensão do papel do Assistente Social junto aos processos grupais.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que o indivíduo sofre ou experimenta podem ser sempre, a qualquer idade, lentas ou repentinas, conscientes ou inconscientes, culturais, históricas, sociais, psicológicas ou biológicas. Envelhecer não é sinônimo de doença, tampouco uma predestinação ao fim, como é estigmatizado pelas sociedades industriais.

No nosso século, envelhecer tem significado uma transformação brutal. Trata-se de um julgamento social, não existindo apenas uma idade biológica ou cronológica; existe uma idade social ou uma definição social da idade.

Concomitante a uma preparação para a valorização da terceira idade, é indispensável estimular os idosos a continuarem criando, aprendendo e descobrindo novos conhecimentos, num processo de educação permanente. Esta idade é a da sabedoria, do ensinamento e do aprendizado pois, enquanto ocorrem modificações que prejudicam, por vezes, a locomoção física, há um acúmulo de experiências vividas que são transmitidas oralmente.

Em nossa sociedade, são múltiplos os fatores que concorrem para definir a problemática do idoso. Além dos problemas físicos, psicológicos, o idoso tem no meio social um grande inimigo, não favorecendo sua existência e rejeitando suas características de um ser pouco produtivo, limitado em seu organismo e personalidade, com o passar dos anos.

A pessoa necessita participar, juntamente com outras pessoas, de grupos na sociedade. Esse é um direito inerente à natureza do homem.

Todo o indivíduo é considerado um "ser social" que carece para o seu pleno desenvolvimento como pessoa, do relacionamento social, assim como da alimentação.

✓ Um dos mecanismos de interação do idoso ao convívio social é sua participação em grupos de convivência partilhando suas histórias de vida já que a sociedade lhe nega a cidadania, esquecendo-se do efetivo cumprimento da garantia de seus direitos.

Na medida em que as pessoas vão sendo mais verdadeiras, na colocação de idéias e opiniões, começam a surgir pontos de vista diferentes que se atritarão, gerando conflitos. Este momento do grupo deve ser aproveitado como fonte de energia, para aprimorar as relações interpessoais e a definição de pontos de vista, que conduzirá o grupo a avanços que resultarão em amadurecimento de seus membros. Caso a fase

conflituosa não for adequadamente trabalhada poderá haver recuo no processo grupal.

As altas e baixas no processo grupal é condição de vida. A vida é algo dinâmico, é um processo durante o qual há avanços e recuos. Isto se dá na vida das pessoas como na dos grupos.

O trabalho com grupos é um método que pode ser usado em diversas situações ou contextos. Sendo uma tarefa desafiante e como tal enriquecedora.

Salientamos a importância do Serviço Social em realizar pesquisas na área da terceira idade, bem como o incentivo para realização de práticas de estágio junto aos Programas de Assistência ao Idoso.

No trabalho com a terceira idade é de fundamental importância a participação de equipe interdisciplinar em função das especificidades que se apresentam.

A falta de um Programa de Preparação para a Aposentadoria é sentida nos relatos de pessoas que se aposentaram precocemente, gerando desestímulo para realização de novos projetos de vida.

Ao concluirmos o presente trabalho acreditamos ter alcançado a meta proposta em nossa pesquisa.

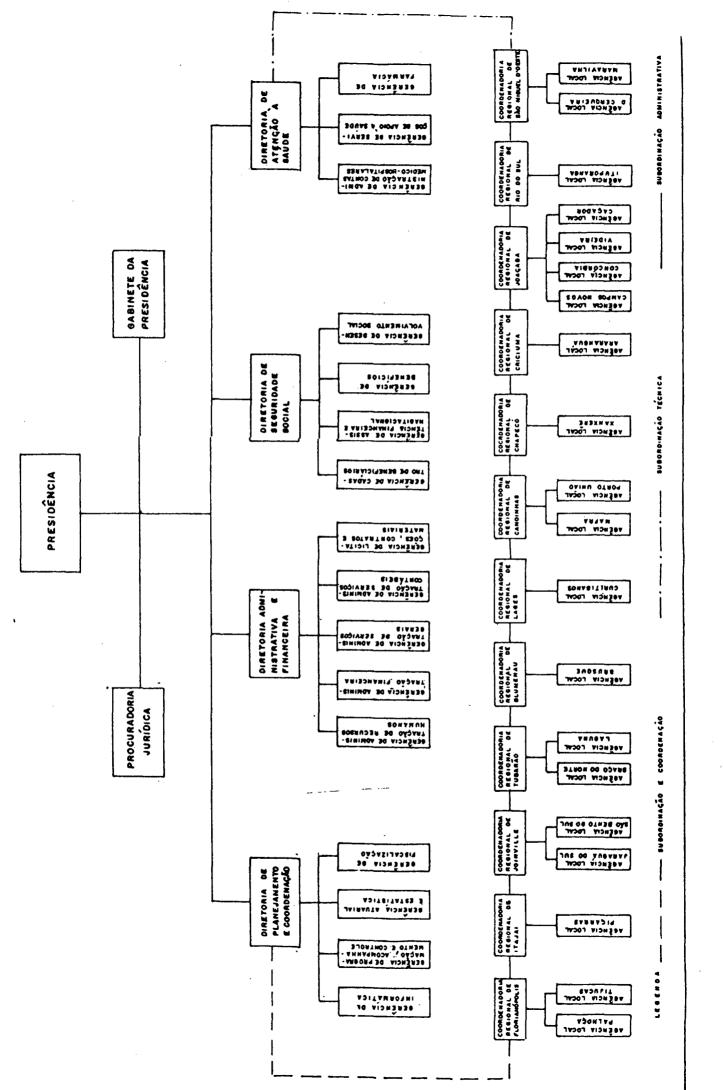
### **BIBLIOGRAFIA**

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA (ANG). Políticas para a terceira idade nos anos 90. Brasil, 1989. 5-17 (mimeo).
- BEAUVOIR, Simone de. <u>A velhice</u>: a realidade incômoda. Trad: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia, 1970.
  - BORDENAVE, Juan E. Diaz. <u>O que é participação</u>. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 88p.
  - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
  - BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Ano 1. Rio de Janeiro: IBGE. v. 54, 1994.
  - BRASIL. Lei n° 8.742 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). 07 de dezembro de 1993.
  - COELHO, Maria da Graça. O idoso na capital catarinense. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 96p.

- \_\_\_\_\_. <u>Participação do serviço social nos grupos de idosos</u>. Florianópolis: IOESC, 1988. 72p.
- FULDER, Stephen. <u>Pondo fim à velhice</u>. Trad: Neide Câmara Loureiro. Rio de Janeiro: Record, 1983. 139p.
- IPESC. Consolidação das Leis da Previdência Estadual (C.L.P.E.) Decreto nº 2.512, de 02.05.1977. 22p.
- JORGE, J. Simões. <u>Psicologia e dinâmica da vida em grupo</u>. Rio de Janeiro: PUC Loyola, 1980. 188p.
- KLEIN, Alan F. <u>Serviço social através do processo de grupo</u>. Trad: Aldo Bocchini Neto. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 213p.
- KONOPKA, Gisela. <u>Trabalho social de grupo</u>. Trad: Adolpho José da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 323p.
- LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. <u>A participação social no cotidiano</u>. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1983. 157p.
- MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. <u>Invenção social da velhice</u>. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989. 128p.

- OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. <u>Assistência social</u>: do discurso do Estado à prática do serviço social. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- PAVÃO, Ana Maria Braz. <u>O princípio de autodeterminação no serviço</u> social: uma visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1981. 104p.
- PRETI, Dino. A linguagem dos idosos: um estudo de análise da conversação. São Paulo: Contexto, 1991.
- RODRIGUES, Maria Lúcia. <u>O trabalho com grupos e o serviço social</u>. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 101p.
- SALGADO, Marcelo Antônio. <u>Velhices</u>: uma nova questão social. São Paulo: SESC-CETI, 1980. 121p.
- TORRES, Zélia. <u>Grupo</u>: instrumento de serviço social. Petrópolis: Vozes, 1977. 92p.

**ANEXOS** 





# PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO



O prolongamento da vida humana tem alterado, significativamente, o dia a dia das pessoas que vivem a Terceira Idade, estas alterações ocorrem fisica, psicológica e socialmente.

O meio torna-se incompreensivo, e o idoso passa a vivenciar momentos de rejeição. Uma situação problemática surge, tanto por condições internas, como externas de superar tais dificuldades. O idoso passa a não

utilizar seu tempo ocioso, vivendo apenas do que já foi, do que já passou.

Levando em consideração que a melhor terapê<u>u</u> tica para o envelhecimento é manter o homem ocupado em atividade, em contato com o mundo, é que se criou o Programa de Assistência ao Idoso - PAI, no ano de 1977.

Atualmente com a participação de beneficiários como: pensionistas e aposentados, o Programa vem sendo desenvolvido na Capital com cinco grupos sociais, e no Interior nas Gerências de Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joa caba.

Os objetivos fundamentais do Programa são:

- a) promover melhores condições de bem estar da pessoa idosa, beneficiária do IPESC, através da utilização dos recursos institucionais;
- b) estimular as experiências grupais, desenvolvendo e incentivando a sociabilidade do idoso;
   c) valorizar as atividades de lazer e traba-

lho. As atividades desenvolvidas pelos grupos são

de caráter educacional, saúde, trabalho, la-

Dentre estas destacamos:

zer e cultura.

- leituras diversas;
- palestras sobre assuntos de interesse do grupo, ministradas pelo Assistente Social, ou por pessoa convidada;
- visitas a exposições, asilos;
  - viagem de estudos;
- participação em campanhas beneficentes;
- confecção de trabalhos manuais, bordado, crochê, tapeçaria, etc.;
- -'festas comemorativas dos membros do grupo, do próprio grupo, planejadas pelos partici pantes;

punces,
- outras atividades que os participantes venham a solicitar.

Semanalmente reúnem-se os grupos:

AMIZADE - às 2%s. feiras
INTEGRAÇÃO - às 3%s. feiras
ANOR E BONDADE - às 4%s. feiras
ESPERANÇA - às 5%s. feiras

Durante estes anos de atividade, o Programa tem alcançado êxito, sendo seus objetivos atingidos, tendo em vista a participação,

- às 6ªs. feiras

HARMONIA

participantes

assiduidade, integração dos

em relação ao Programa.

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC

Gerência de Desenvolvimento Social - GEDES Programa de Assistência ao Idoso - PAI

Rua visconde de Ouro Preto, nº 291

Telefone: (0482) 24-5922 - Ramal 127 Florianópolis - SC



## **CADASTRO DO IDOSO**

NOME							T	
14OME							NASCIMENTO	
ESTADO CIVIL			GRAU DE ESCOLARIDADE		PROFISSÃO	· <u> </u>	<u> </u>	
VINCULAÇÃO À PREVIDÊNCIA				Nº DE MATRÍCU				
		•		N. DE MATRICO	JLA			
ENDEREÇO					COMPLEMEN	ITO (AND	AR, APART., Nº)	
BAIRRO			CIDADE		FONE P/CONTATO			
NOME DO CÔNJUGE							NASCIMENTO	
ESTADO CIVIL			GRAU DE ESCOLARIDADE		Innonicaio			
					PROFISSÃO			
VINCULAÇÃO À PRE	VIDÊNCIA			Nº DE MATRÍCULA		<del>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </del>		
ENDEREÇO				<u> </u>	COMPLEMENTO (ANDAR, APART., Nº)		AR, APART Nº)	
5.415.0C								
BAIRRO			CIDADE		FONE P/CONTATO			
EM CASO DE	NOME					<u> </u>		
NECESSIDADE CHAMAR	NOME			<del></del>	FONE			
	1				·	FONE		
Secretary of the second				<del></del>	<del>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </del>			
SITUAÇÃO SAÚDE								
			•					
			•					
L SITUAÇÃO PSICOL	ÓGICA						· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	OGIOA	<u> </u>		<del>-</del>			·	
				***	-1-05			
SITUAÇÃO SÓCIO-	ECONOM	ICA						
					,			
					·			
OBSERVAÇÃO								
DATA DA ENTREVIS	ΓΛ	ENTERMOTA	20/4)					
ONTA DA ENTREVIS	14	ENTREVISTADO	JH(A)					

IPESC INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO

IPESC ESTADO DE SANTA CATARINA

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-GEDES

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO

# RELATÓRIO DE REUNIÃO

GRUPO:		REUNIÃO Nº :	
DATA:	HORÁRIO :		
LOCAL !			
Nº DE PARTICIPANTES	s :		
PRESENTES:			
3.			
•			
AUSENTES:			
AGENDA:			
	•		
·			
	-		
<del></del>			
ASSUNTOS TRATADOS	/ CONCLUSÕES:		•
4			
	·		

MAD I TAR



ESTADO DE SANTA CATARINA

DSEG - DIRETORIA DE SEGURIDADE SOCIAL

GEDES - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GRUPO:	-
FREQUÊNCIA/MÊ	S:

NO	MES DIAS DO MÊS					,	COMP	FALTAS
01								
02	_							
03	•							
04	. •							
05								
06	,	1	<del></del>			```	- <u>-</u> ,	
07	1	1						•
08		<del> </del>						
09		<del> </del>	•	L				
10		<del> </del>						
11		<u> </u>				•		<del></del>
12	•							
13	. ,						<b>\$</b>	
14		<u> </u>						
15								
16				.f.				
17	<i>(</i> :							
18	•		Ū	····				
19	•						A	
20	:	<del> </del>						
21	•							
22	*						/	
23								
24								
25					÷ 40			
26	4.1							
27								
24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34	1451.09	<u> </u>						ļ,
29		<b>-</b>						
30								
31								
32								
33		<u> </u>			l			
34		<u> </u>						
35								

Mod. 1.30

TOTAL